

CDV Desenvolvimento S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

CDV Desenvolvimento S.A

Maracanaú – Ceará

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CDV Desenvolvimento S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CDV Desenvolvimento S.A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

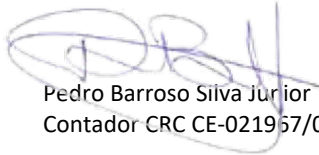
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 28 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021957/0-5

CDV Desenvolvimento S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	3	13.358	539	Fornecedores	8	7.799	40.402
Contas a receber de clientes	4	15.288	46.479	Partes relacionadas - outras contas a pagar	16	562	-
Impostos a recuperar		9.593	9.341	Obrigações fiscais		2.532	5.179
Estoques		1.265	1.508	Obrigações trabalhistas		4.100	3.851
Adiantamentos a fornecedores		420	30	Outras obrigações	9	78	5.175
Valor justo dos contratos de energia	18	11.286	28.689	Obrigações com arrendamentos	7.c	1.027	894
Outros créditos	5	7.070	7.371	Valor justo dos contratos de energia	18	7.365	32.833
Partes relacionadas - outros créditos	16	6.192	3.473				
Total do Ativo Circulante		64.472	97.430	Total do Passivo Circulante		23.463	88.334
Contas a receber de clientes	4	5.625	5.625	Outras obrigações	9	2.971	3.417
Depósitos judiciais		1.611	1.611	Obrigações com arrendamentos	7.c	340	1.392
Outros créditos	5	3.219	3.464	Valor justo dos contratos de energia	18	5.658	17.113
Valor justo dos contratos de energia	18	3.836	18.809	Tributos diferidos		817	-
Tributos diferidos		-	4.917	Total do Passivo Não circulante		9.786	21.922
Realizável a longo prazo		14.291	34.426				
Investimentos	6	4.019	4.019	Patrimônio líquido			
Imobilizado	7	129.134	132.293	Capital social subscrito	10	259.214	159.215
Intangível		1.279	2.878	Capital a integralizar	10	(36.592)	-
		134.432	139.190	Adiantamento para aumento de capital		-	41.978
Total do Ativo Não Circulante		148.723	173.616	Prejuízos acumulados	10	(42.676)	(40.403)
				Total do Patrimônio líquido		179.946	160.790
				Total do Passivo		189.732	110.256
Total do Ativo		213.195	271.046	Total do Passivo e Patrimônio líquido		213.195	271.046

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CDV Desenvolvimento S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	11	93.175	178.258
Custos operacionais	12	<u>(86.118)</u>	<u>(136.436)</u>
Lucro bruto		7.057	41.822
Despesas gerais ou administrativas	13	(40.128)	(58.550)
Resultado do valor justo de contratos de energia	18	4.547	(21.907)
Pis e Cofins diferidos		(1.334)	-
Outras despesas operacionais	14	(2)	(1.868)
Outras receitas operacionais	14	<u>32.355</u>	<u>15.185</u>
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		2.495	(25.318)
Receitas financeiras	15	3.395	14.711
Despesas financeiras	15	<u>(3.662)</u>	<u>(1.279)</u>
Resultado financeiro líquido		(267)	13.432
Resultado antes dos tributos sobre lucro		2.228	(11.886)
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(100)	(131)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	<u>(4.401)</u>	<u>6.711</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u>(2.273)</u>	<u>(5.306)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CDV Desenvolvimento S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	<u>(2.273)</u>	<u>(5.306)</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(2.273)</u>	<u>(5.306)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CDV Desenvolvimento S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2022	<u>159.215</u>	<u>(3.002)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(35.096)</u>	<u>121.117</u>
Capital subscrito	-	-	-	-	-	-	-
Capital integralizado	-	3.002	-	-	-	-	3.002
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	41.978	-	-	-	41.978
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(5.307)	(5.307)
Saldos em 01 de janeiro de 2023	<u>159.215</u>	<u>-</u>	<u>41.978</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(40.403)</u>	<u>160.790</u>
Capital subscrito	100.000	(100.000)	-	-	-	-	-
Capital integralizado	-	63.408	(63.408)	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	21.430	-	-	-	21.430
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(2.273)	(2.273)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>259.215</u>	<u>(36.592)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(42.676)</u>	<u>179.947</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CDV Desenvolvimento S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo líquido do exercício		(2.273)	(5.306)
Ajustes para:			
Depreciações	7	13.968	18.089
Amortizações		1.772	1.894
Valor justo dos contratos de energia	18	(4.547)	21.907
Juros sobre arrendamentos	7.c	296	717
Reversão de juros	7.c	(39)	(3.928)
Pis e Cofins diferidos	19	1.334	(2.026)
Compromissos futuros		-	(60.001)
Reversão dos juros compromissos futuros		-	(9.873)
Compra de imobilizado	8	(1.270)	-
Resultado da baixa de imobilizado		-	166
Imposto de renda e contribuição	19	100	131
IR e CSLL diferidos	19	4.401	(6.711)
		13.742	(44.941)
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	4	31.191	(3.743)
Impostos a recuperar		(252)	(695)
Estoques		243	(458)
Depósitos judiciais		-	(190)
Adiantamentos a fornecedores		77	1.051
Outros créditos	5	78	(3.610)
Partes relacionadas - outros créditos		(2.719)	1.479
Fornecedores		(32.603)	(13.498)
Partes relacionadas - outras contas a pagar		562	-
Obrigações trabalhistas		249	830
Obrigações fiscais		(2.747)	492
Outras contas a pagar		-	3.287
Outras obrigações	9	(5.543)	(475)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		2.278	(60.471)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		2.278	(60.471)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Resgate de aplicações financeiras		-	63.745
Aquisição de imobilizado	7	(27.388)	(68.691)
Adições de arrendamento	7.c	-	1.706
Baixa de imobilizado	7	17.834	20.791
Aquisição de intangível		(174)	(185)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento		(9.728)	17.366
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento/integralização de capital		63.408	3.002
Pagamento de arrendamento	7.c	(1.161)	(3.181)
Adiantamento para futuro aumento de capital		(41.978)	41.978
Fluxo de caixa líquido provenientes das atividades de financiamento		20.269	41.799
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		12.819	(1.306)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	539	1.845
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3	13.358	539
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		12.819	(1.306)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A CDV Desenvolvimento S.A (“Companhia”), com sede em Maracanaú, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, nº 10.800, Sala 237- Distrito Industrial, estado do Ceará. A Companhia foi constituída em 13 de abril de 2009 sob a forma de capital fechado, tendo por objeto social a comercialização de energia elétrica gerada no mercado de livre negociação, incluindo a compra e venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação em quaisquer destas operações; o desenvolvimento de projetos de energia elétrica, de qualquer fonte; a prestação de serviços de consultoria e assessoria na negociação de projetos eólicos e outros serviços relacionados à geração de energias alternativas, obedecidas as normas legais e regulamentares aplicáveis a esse ramo de atividade; a implantação, administração e operação de centrais geradoras; a participação, como sócia ou acionista do capital de outras sociedades ou empreendimentos; comercialização de produtos e equipamentos adquiridos de terceiros; atividades técnicas relacionadas a serviços de aerofotogrametria e aerolevantamentos; pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais; consultoria em engenharia química, de processos e em tecnologia de biocombustíveis; atividade de apoio a agricultura e atividades de engenharia, arquitetura e agronomia relacionadas a energia.

2 Base de preparação e principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, incluindo riscos e oportunidades relacionados ao clima, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia e com os compromissos relacionados ao clima, quando apropriado. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 2.11** – valor justo dos contratos de energia;
- **Nota 2.12** - arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento operacional.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 2.11**– valor justo dos contratos de energia;
- **Nota 2.12** - critérios para definição da taxa de desconto de arrendamento.
- **Nota 8** – vida útil do ativo imobilizado;

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens abaixo:

- Instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurado por este.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros créditos e partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e outras obrigações.

(i) Gerenciamento de risco

Negócios estão sujeitos a riscos, tais como operacional, de crédito, de liquidez, mercado, taxa de câmbio e taxa de juros. Os riscos a que a Companhia está sujeita devem ser gerenciados para subsidiar a tomada de decisão pelos administradores.

O gerenciamento desses riscos depende da existência de estruturas, processos, mecanismos e controles internos para conhecê-los, avaliá-los e controlá-los, a fim de mantê-los em níveis compatíveis com os limites fixados.

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

A Companhia possui metodologia própria para análise criteriosa da capacidade de pagamento dos clientes, onde é atribuído limite de crédito para realizações de operações. A metodologia engloba a atribuição de crédito, monitoramento e gerenciamento das exposições. Em operações mais longas ou com início de suprimento no ano a frente, geralmente, são solicitadas garantias.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa a possibilidade da empresa de liquidar suas obrigações assumidas a preços de mercado. Para produtos mais longos e menos líquidos a Companhia aplica uma penalização de saída da posição, assim a mesma tem conhecimento do risco associado às exposições energéticas. A Companhia mantém nível de caixa adequado para garantir o cumprimento com suas obrigações presentes e futuras através de negociação de contratos de energia.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é devido às oscilações dos preços de energia referente à cada maturidade. As oscilações dos preços ocorrem principalmente devido às premissas elétricas, energéticas e liquidez.

A Companhia possui metodologia própria para identificar o risco de mercado em condições normais e em condições de estresse, assim a Companhia tem conhecimento das perdas potenciais e realiza ações quando identificado como necessário. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e definidos pela metodologia, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido que exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firmado em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firmado, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não identificou quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros

2.7 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com a Instrução Normativa da RFB N° 1700 de 14/03/2017 anexo III.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.8 Receitas e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como ativos financeiros ao valor justo, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda foi calculado pelo regime de lucro real à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e acrescido do adicional de 10% sobre o excedente de R\$ 240.000. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

2.10 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte (polo passivo) de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11 Valor justo dos contratos de energia

A Companhia possui portfólio de contratos de energia (compra e venda) com o propósito de atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Para este portfólio, não há compromisso de combinar um contrato de compra com um contrato de venda. A Companhia tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Os contratos podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro.

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 (IFRS 9) e são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

A Companhia tem uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações do valor justo. Para estimativa do valor justo, considera-se as cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, também, o uso de técnicas de avaliação, que considera preponderantemente:

- Preços estabelecidos nas operações realizadas via plataforma BBCE (Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia) e relatórios divulgados pela DCIDE.
- Margem de risco no fornecimento;
- Preço de mercado projetado no período de disponibilidade;
- Tipo de fonte de energia; e
- Tendências.

Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- **Nível 2:** Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- **Nível 3:** Informações, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado.

Todos os instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos da Companhia são classificados como “Nível 3”.

2.12 Arrendamento mercantil

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva simplificada, reconhecendo ativos de direito de uso e passivos de arrendamento calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de uso. Onde o montante do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento a pagar foram trazidos ao valor presente que foi calculada em 9,17% a.a em 2023 e em 2024.

Os contratos objetos da aplicação do referido CPC foram contratos de aluguéis, onde o fluxo de pagamento ocorreu conforme as cláusulas contratuais, obedecendo o período de carência e reajuste pactuado em cada contrato.

2.13 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

- (a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis
- (b) O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.
- (c) As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
 - As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
 - Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

(d) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

3 Caixas e equivalentes de Caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Fundo fixo	319	270
Bancos conta movimento	103	99
Aplicação financeira (a)	12.936	170
Total	13.358	539

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários, junto aos Bancos Votorantim e Banco Safra remunerados respectivamente por 93% e 101,5% do CDI em 31 de dezembro de 2024, e Bancos Votorantim remunerado por 96% do CDI em 31 de dezembro de 2023 com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4 Contas a receber de clientes

	31/12/2024	31/12/2023
Clientes nacionais (a)	4.755	46.479
Salus Fundo de Investimento (a)	10.533	-
Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia (Projeto Furnas) (b)	5.625	5.625
Total	20.913	52.104
Circulante (a)	15.288	46.479
Não circulante (b)	5.625	5.625

- (a) A Companhia registrou no ativo circulante montante de R\$ 15.288 (R\$ 46.479 em 2023) decorrente da comercialização de energia, venda de equipamentos e prestação de serviços.
- (b) A Companhia registrou no ativo não circulante montante de R\$ 5.625 (R\$ 5.625 em 2023) do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia (Projeto Furnas). Trata-se de direito relativo ao projeto dos Parques conforme Termo de Compromisso assinado entre as partes, do qual a expectativa de recebimento é de quando o parque entrar em operação.

Do valor total do contas a receber em 2024, 73,10% têm vencimento em 90 dias, em 2023 98,5%, têm vencimento em 30 dias, sendo que esses valores não possuem risco considerável de quitação e não estão vencidos e por isso a Companhia não entendeu ser necessária a elaboração de provisão para perda com a recuperação do contas a receber, visto que não há histórico de perdas.

5 Outros créditos

	31/12/2024	31/12/2023
Cessão de direitos creditórios	2.356	2.711
Contrato de Mútuo PF	769	753
Serviços eólicos e fotovoltaicos	2.828	3.111
Adiantamento de compra de terra	2.986	2.986
Despesas antecipadas	1	1
Outros créditos	1.349	1.273
Total	10.289	10.835
Circulante	7.070	7.371
Não circulante	3.219	3.464

6 Investimentos

A Companhia mantém 2% de investimentos em projetos eólicos conforme abaixo

	31/12/2024	31/12/2023
Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A	4.019	4.019
	4.019	4.019

De acordo com o CPC 48, todos os investimentos em instrumentos patrimoniais e contratos relativos a esses instrumentos devem ser mensurados ao valor justo. Contudo em circunstância limitada, o custo pode ser uma estimativa apropriada do valor justo. Esse pode ser o caso se não houver informações suficientes mais recentes disponíveis para mensurar o valor justo, ou se houver ampla gama de mensurações ao valor justo possíveis e o custo representar a melhor estimativa do valor justo nessa gama.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo está registrado ao custo de aquisição do investimento. Não há efeito de equivalência patrimonial, pois não representam controladas e/ou coligadas e seus saldos contábeis são mantidos a custo de aquisição e deduzidos de *impairment*, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2024, não foi identificado nenhum indício de *impairment* para registro no investimento.

7 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2024	31/12/2023
Fazendas		28.922	-	28.922	28.922
Obras civis	3,33% a 4%	3.189	(758)	2.431	2.558
Instalações	10%	1.234	(559)	675	750
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	45.059	(9.851)	35.208	34.935
Equipamento de processamento de dados	20%	9.415	(6.972)	2.443	3.273
Veículos	20%	23.874	(14.449)	9.425	12.151
Móveis e utensílios	6%	8.360	(3.797)	4.563	5.165
Ferramentas	10%	136	(111)	25	30
Direito de uso		18.467	(16.462)	2.005	2.861
Direito de uso terra		836	(145)	691	775
Torres anemométricas	10%	30.706	(10.504)	20.202	16.692
Benfeitorias em bens de terceiros		12.920	(10.694)	2.226	1.690
Torres solarimétricas		26	(2)	24	10
Imobilizado em andamento		19.521	-	19.521	21.708
Projetos		773	-	773	773
Total		203.438	(74.304)	129.134	132.293

b. Movimentação do imobilizado

	2023	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	2024
Fazendas	28.922	-	-	-	-	28.922
Obras civis	2.558	-	-	-	(128)	2.430
Instalações	750	25	-	-	(98)	677
Máquinas e equipamentos	34.935	3.887	2.837	(2.394)	(4.058)	35.207
Equipamento de processamento de dados	3.273	391	-	(1)	(1.219)	2.444
Veículos	12.151	1.692	-	(70)	(4.348)	9.425
Móveis e utensílios	5.165	145	-	(4)	(743)	4.563
Ferramentas	30	5	-	-	(10)	25
Direito de uso (a)	2.861	628	-	(644)	(841)	2.004
Direito de uso terra	775	-	-	-	(84)	691
Torres anemométricas	16.692	7.607	5.879	(8.368)	(1.607)	20.203
Benfeitorias em bens de terceiros	1.690	1.644	-	(278)	(830)	2.226
Torres solarimétricas	10	15	14	(14)	(2)	23
Imobilizado em andamento	21.708	13.248	(8.730)	(6.705)	-	19.521
Projetos	773	-	-	-	-	773
Total	<u>132.293</u>	<u>29.287</u>	<u>-</u>	<u>(18.478)</u>	<u>(13.968)</u>	<u>129.134</u>

(a) A adição e baixa do direito de uso não teve efeito caixa no exercício.

	2022	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	2023
Fazendas	22.547	6.385	-	(10)	-	28.922
Obras civis	2.686	-	-	-	(128)	2.558
Instalações	507	322	-	-	(79)	750
Máquinas e equipamentos	14.294	2.087	22.039	(794)	(2.691)	34.935
Equipamento de processamento de dados	3.673	1.000	-	(14)	(1.386)	3.273
Veículos	13.682	2.990	-	(242)	(4.279)	12.151
Móveis e utensílios	4.808	991	121	(22)	(733)	5.165
Ferramentas	43	-	-	-	(13)	30
Direito de uso (a)	21.400	870	-	(17.298)	(2.111)	2.861
Direito de uso terra	-	836	-	-	(61)	775
Torres anemométricas	27.400	4.805	1.551	(15.465)	(1.599)	16.692
Benfeitorias em bens de terceiros	4.657	2.039	-	-	(5.006)	1.690
Torres solarimétricas	35	13	-	(35)	(3)	10
Imobilizado em andamento	3.275	46.353	(23.711)	(4.209)	-	21.708
Projetos	773	-	-	-	-	773
Total	<u>119.780</u>	<u>68.691</u>	<u>-</u>	<u>(38.089)</u>	<u>(18.089)</u>	<u>132.293</u>

(a) Adição do direito de uso não teve efeito caixa no exercício.

c. Arrendamento

O resumo dos valores contabilizados na data inicial e a movimentação dos itens de ativo e de passivo ao longo do exercício de 2024, segue abaixo:

Composição do ativo direito de uso

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	2.861	21.400
Adição	628	870
Baixa (a)	(644)	(17.298)
Depreciação	(841)	(2.111)
	2.004	2.861

Obrigações com arrendamento

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	2.286	24.270
Adição	629	1.706
Juros incorridos	296	717
Baixa (a)	(644)	(17.298)
Reversão de juros	(39)	(3.928)
Pagamentos	(1.161)	(3.181)
	1.367	2.286
Circulante	1.027	894
Não circulante	340	1.392

- (a) As baixas retratadas no quadro acima referem-se a cessão do contrato de aluguel entre a Companhia e a Casa dos Ventos S.A. (anteriormente denominada CDV Holding S.A.)

8 Fornecedores nacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Comercialização de energia	3.822	19.969
Compra de imobilizado	1.270	16.771
Assistência médica e odontológica	-	268
Serviço de informática	-	572
Seguro garantia regulatória	1.830	-
Outros fornecedores	877	2.822
	7.799	40.402

9 Outras obrigações

	31/12/2024	31/12/2023
Receita diferida (a)	2.971	3.417
Adiantamento de cliente (b)	-	5.096
Demais obrigações	78	79
Total	3.049	8.592
Circulante	78	5.175
Não circulante	2.971	3.417

- (a) Apropriação de receita sobre contratos de cessão de crédito onde a CDV Desenvolvimento comprou o direito de recebimento de proprietários de imóveis arrendados, para projetos eólicos cuja a receita é em função da energia comercializada.
- (b) Trata-se de obrigações a pagar com clientes referente venda de energia.

10 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito é de R\$ 222.622 (R\$ \$ 159.215 em 31 de dezembro de 2023) e está representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

	31/12/2024		31/12/2023	
	%	Valor	%	Valor
Acionistas				
Salus Fundo de Investimento em Participações	100,00%	222.622	100,00%	159.215
Total	100,00%	222.622	100,00%	159.215

Em 01 de agosto de 2024 foi subscrito capital no montante de R\$ 100.000 e integralizado capital nesta data no montante de R\$ 63.408 com entrada em caixa e equivalente de caixa.

11 Receita operacional líquida

As receitas operacionais da Companhia decorrem das seguintes fontes: (i) venda de energia elétrica adquirida de terceiros; (ii) arrendamento mercantil - aluguéis; e (iii) prestação de serviço de consultoria para a venda de projetos relacionados à geração de energias alternativas; que estão assim representadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de venda de energia elétrica adquirida de terceiro (a)	80.400	184.175
Receita de venda de energia elétrica imóveis próprios	126	257
Receita de arrendamento mercantil	11.862	9.721
Receita de consultoria empresarial – projetos eólicos (b)	10.527	38
(-) Impostos		
PIS	(1.700)	(3.203)
COFINS	(7.829)	(14.751)
ISS	(211)	(1)
ICMS	-	(4)
PIS e COFINS diferidos	-	2.026
Total	<u>93.175</u>	<u>178.258</u>

- (a) Em 2023 a Companhia possuía dez contratos de comercialização de energia. No decorrer de 2024, cinco foram concluídos. Em virtude da parceria entre a Casa dos Ventos S.A (atual denominação da CDV Holding) e a TotalEnergies a gestão estratégica do grupo optou por centralizar a comercialização de energia na Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A., dessa forma as receitas de venda com energia elétrica vem diminuindo quando comparada a anos anteriores.
- (b) Refere-se a consultoria prestada para Salus Fundo de Investimento.

12 Custos operacionais

Refere-se a energia comprada para comercialização e consultoria empresarial.

	31/12/2024	31/12/2023
Custos com energia comprada para revenda	(85.911)	(136.436)
Encargos com energia	(207)	-
Total	<u>(86.118)</u>	<u>(136.436)</u>

13 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Consultoria	(3.298)	(4.147)
Acordos judiciais	-	(10)
Viagens e diárias	(5.787)	(6.004)
Serviços prestados pessoa jurídica	(851)	(1.021)
Salários	(49.573)	(43.944)
Aluguel	(842)	(1.371)
Serviços advocatícios	(203)	(1.421)
Manutenção de veículos	(6.015)	(6.152)
Despesas com propriedades	(90)	(273)
Legais, judiciais e publicações	(324)	(226)
Seguros	(30)	(13)
Despesas com manutenção	(1.098)	(1.307)
Ressarcimentos de compartilhamento de despesas (a)	54.905	44.123
Energia elétrica	(263)	(302)
Fretes	(449)	(494)
Impostos e taxas	(14)	(16)
Contribuições para associações de classe	-	(91)
Materiais de consumo	(34)	(348)
Peças de reposição mecânica	(89)	(97)
Serviços de mão-de-obra terceirizada – PF	(300)	(2.304)
Depreciação e amortização	(15.740)	(19.983)
Tributos e contribuições federais	(4.288)	(6.052)
Tributos e contribuições estaduais	(12)	(45)
Tributos e contribuições municipais	(47)	(48)
Despesa com imóveis	(652)	(693)
Despesas com relações com o mercado	(615)	(1.241)
Serviço de manutenção de informática	(1.981)	(2.487)
Despesa com escritório (b)	(2.438)	(2.583)
Total	<u>(40.128)</u>	<u>(58.550)</u>

- (a) Refere-se a operações com partes relacionadas decorrente do contrato de compartilhamento de despesas firmado com as SPEs (coligadas do Fundo Salus).
- (b) Refere-se a despesas com refeições, assinaturas, copa e cozinha, material de expediente, correios, dentre outras despesas operacionais.

14 Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Receita com operação parque IBITU (a)	26.210	6.526
Recuperação de despesas (b)	88	7.927
Indenizações recebidas	-	15
Bonificações e brindes	17	
Outras receitas	6.040	717
	32.355	15.185
Doações	(2)	(167)
Indenizações	-	(1.506)
Outras despesas	-	(29)
Ganhos e perdas de capital nos investimentos	-	(166)
	(2)	(1.868)
Outras despesas/receitas líquidas operacionais	32.353	13.317

- (a) Trata-se da receita que a Companhia recebe referente a um valor determinado em contrato de cessão sobre a geração de energia do parque eólico de IBITU.
- (b) Valor referente a reversão dos juros dos contratos de aluguéis finalizados antes do encerramento do contrato e devolução de valor pago a indevidamente a fornecedor.

15 Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicação	1.407	3.430
Descontos obtidos	463	11
Variação cambial	199	158
Outras receitas financeiras (a)	1.326	1.239
Juros compromissos futuros	-	9.873
	3.395	14.711
Despesas financeiras		
IOF	(104)	(96)
Taxas bancárias	(24)	(26)
Multas e juros passivos	(641)	(166)
Garantia de fiel cumprimento	(2.391)	(6)
Juros sobre operações com fornecedores	(1)	(2)
Juros com contratos de aluguéis	(266)	(693)
Juros sobre direito de uso	(29)	(24)
Variação cambial	(206)	(266)
	(3.662)	(1.279)
Total	267	13.432

- (a) Referem-se às receitas financeiras decorrentes de cessão de direito de uso.

16 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

Ativo circulante	31/12/2024	31/12/2023
Salus Fundo de Investimento – receita consultoria	10.527	-
Salus Fundo de Investimento – reembolso de despesa	33	-
Ativo não circulante	31/12/2024	31/12/2023
Crédito compartilhamento (a)	6.192	3.473
Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia (b)	5.625	5.625
Total ativo	22.377	9.098
Passivo não circulante		
Partes relacionadas com fornecedores	562	-
Total passivo	562	-
Compartilhamento de despesa (c)	(5.610)	-
Ressarcimentos de compartilhamento de despesas (a)	<u>60.515</u>	<u>48.114</u>
Total Resultado	<u>54.905</u>	<u>48.114</u>

- (a) Refere-se a despesas administrativas que são incorridas e pagas pelas SPEs (coligadas do Fundo Salus) e posteriormente rateadas para a Companhia mediante contrato de compartilhamento de custos assinado pelas partes.
- (b) A Companhia registrou no ativo não circulante montante de R\$ 5.625 do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia (Projeto Furnas). Trata-se de direito relativo ao projeto dos Parques conforme Termo de Compromisso assinado entre as partes, do qual a expectativa de recebimento é de quando o parque entrar em operação.
- (c) Trata-se de despesas administrativas incorridas e pagas pela Casa dos Ventos S.A. e posteriormente reembolsadas pela CDV Desenvolvimento.

Remuneração da Administração

Os Diretores, ora nomeados, exercerão seus respectivos cargos sem qualquer remuneração, conforme AGE do dia 08 de novembro de 2023.

17 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixas e equivalentes de caixa	13.358	13.358	539	539
Contas a receber de clientes	20.914	20.914	52.104	52.104
Outros créditos	10.289	10.289	10.835	10.835
Valor justo dos contratos de energia – Ativo	15.122	15.122	47.498	47.498
Adiantamento a fornecedor	420	420	-	-
Partes relacionadas - outros créditos (ativo)	6.192	6.192	-	-
Fornecedores	(7.799)	(7.799)	(40.402)	(40.402)
Outras obrigações	(3.049)	(3.049)	(8.592)	(8.592)
Partes relacionadas - fornecedores passivos	(562)	(562)	-	-
Valor justo dos contratos de energia – Passivo	(13.022)	(13.022)	(49.946)	(49.946)
Total	41.863	41.863	(12.036)	(12.036)

Todos os instrumentos financeiros da Companhia apresentam valores contábeis aproximados de seus valores justos, avaliados pelo custo histórico, exceto “Valor Justo de Contrato de Energia”, pelo valor justo por meio do resultado (nível 3) – Nota Explicativa 2.11.

18 Valor justo dos contratos de energia

A Companhia opera no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente (contratos futuros), cujas posições em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 são as seguintes:

	31/12/2024 (resultado)	Reconhecimento do período	Realizada provisão	31/12/2023
Ativo				
Ganho temporário – Circulante	11.286	11.286	(28.689)	28.689
Ganho temporário - Não circulante	3.836	3.836	(18.809)	18.809
	15.122	15.122	(47.498)	47.498
Passivo				
Perda temporária – Circulante	(7.365)	(7.365)	32.833	(32.833)
Perda temporária - Não circulante	(5.658)	(5.658)	17.113	(17.113)
	(13.023)	(13.023)	49.946	(49.946)
Resultado do valor justo de contrato de energia	4.547	2.099	2.448	(21.907)

	31/12/2023 (resultado)	Reconhecimento do período	Realizada provisão	31/12/2022
Ativo				
Ganho temporário – Circulante	28.689	28.689	(75.825)	75.825
Ganho temporário - Não circulante	<u>18.809</u>	<u>18.809</u>	<u>(29.276)</u>	<u>29.276</u>
	<u>47.498</u>	<u>47.498</u>	<u>(105.101)</u>	<u>105.101</u>
Passivo				
Perda temporária – Circulante	(31.833)	(32.833)	66.338	(66.338)
Perda temporária - Não circulante	<u>(17.113)</u>	<u>(17.113)</u>	<u>19.304</u>	<u>(19.304)</u>
	<u>(49.946)</u>	<u>(49.946)</u>	<u>85.642</u>	<u>(85.642)</u>
Resultado do valor justo de contrato de energia	<u>(21.907)</u>	<u>(2.448)</u>	<u>(19.459)</u>	<u>19.537</u>

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros) pode variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data base 31 de dezembro de 2024. A Companhia tem contratos futuros de energia com vencimento até o exercício findo em 2031.

O valor justo dos contratos de energia estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado.

19 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 2.273 (2023: prejuízo de R\$ 5.306).

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão demonstradas a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.173)	(11.886)
Adições temporárias e permanentes	8.413	26.708
Exclusões temporárias e permanentes	<u>(5.719)</u>	<u>(14.171)</u>
Lucro real	521	651
(-) Compensação	(156)	(196)
Lucro tributável	365	456
IPPJ/CSLL Vigente (24%)	88	109
Adicional IRPJ (10%)	12	22
Alíquota efetiva	<u>4,60%</u>	<u>1,10%</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	<u>(100)</u>	<u>(131)</u>

- (a) Composição da despesa com imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	31/12/2024	Reconhecimento do período	Reversão período anterior	31/12/2023
Imposto de renda diferido	3.224	3.224	(4.922)	4.922
Contribuição social diferido	1.177	1.177	(1.789)	1.789
Imposto de renda e Contribuição social diferido	4.401	4.401	(6.711)	6.711

	31/12/2023	Reconhecimento do período	Reversão período anterior	31/12/2022
Imposto de renda diferido	4.922	4.922	(2.160)	2.160
Contribuição social diferido	1.789	1.789	(790)	790
Imposto de renda e Contribuição social diferido	6.711	6.711	(2.950)	2.950

	31/12/2024	Reconhecimento do período	Reversão período anterior	31/12/2023
Valor justo do contas a receber	11.286	11.286	(47.498)	47.498
Valor justo do contas a pagar	3.836	3.836	59.819	(59.819)
Resultado do valor justo dos contratos de energia	15.122	15.122	21.907	(21.907)
Pis e Cofins diferidos (9,25%)	9,25%	1.334	1.334	(1.155)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34%	4.401	4.401	(3.762)
Impostos diferidos	5.735	5.735	(4.917)	4.917

	31/12/2023	Reconhecimento do período	Reversão período anterior	31/12/2022
Valor justo do contas a receber	47.498	47.498	(105.101)	105.104
Valor justo do contas a pagar	(59.819)	(59.819)	85.642	(85.642)
Resultado do valor justo dos contratos de energia	(21.907)	(12.321)	(19.459)	19.537
Pis e Cofins diferidos (9,25%)	9,25%	1.155	2.026	(871)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34%	3.762	6.712	(2.950)
Impostos diferidos	4.917	8.738	(3.821)	(3.821)

(a) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia possui saldos de prejuízos fiscais a compensar:

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízos fiscais	(4.410)	(1.367)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foi constituído ativo diferido sobre prejuízo fiscal pois a Companhia ainda não está gerando lucro tributável.

20 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2024, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, não havia contingências cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável.

A composição das contingências passivas envolvendo questões cíveis, trabalhistas, ambientais e administrativas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda para os quais nenhuma provisão foi constituída, baseado nas práticas contábeis vigentes é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Natureza		
Cíveis	300	-
Trabalhista – SAT (a)	29.718	26.524
Tributária diversas (b)	<u>15.879</u>	<u>14.997</u>
Total	<u>45.897</u>	<u>41.521</u>

- (a) Processos de natureza trabalhista no montante de R\$ 29.718 (R\$ 26.524 em 2023), oriundos de cobrança tributária a títulos de contribuições previdenciárias contra a CDV Desenvolvimento.
- (b) Processos de natureza tributária no valor de R\$ 15.879 (R\$ 14.734 em 2023) da SEFAZ-CE contra a CDV Desenvolvimento e demais causas tributárias no valor de R\$263 em 2023 para litígios menores.